

Água: a quem pedir?

Renato Arnaldo Tagnin é Professor da Faculdade de Gestão Ambiental do SENAC e coordenador do Conselho Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de São Paulo

A crise planetária da água, muito noticiada neste 'Ano Internacional da Água Doce', tem sido atribuída principalmente à sua gestão inadequada. No Brasil, onde a água é abundante, não há dúvidas que aí estão seus mais sérios problemas.

Nosso passado colonial, determinante da exploração irrestrita deste território, e uma persistente irresponsabilidade, ainda não nos têm levado a restringir o uso da água. As calamidades de Cubatão, Petrobrás, Apagão e Cataguases, além dos agravados episódios de secas e inundações, estão distantes de determinar mudanças culturais mais profundas, que valorizem a prevenção e o planejamento.

Os tímidos esforços de proteção da água ainda limpa são pressionados por crescentes dispêndios em descontaminar aquela já poluída, num contexto de elevado déficit público, cobrança de responsabilidade fiscal e dificuldades em aumentar taxas e impostos, num período de grande desemprego e decrescentes níveis de renda da população. A inviabilidade dessa gestão, praticada num quadro de profunda desigualdade social e conseqüências diretas nas condições de saúde e sobrevivência, deve motivar a busca de outros caminhos.

Tome-se o exemplo de São Paulo: com a população praticamente estabilizada, essa imensa cidade segue expandindo sua periferia para abrigar as famílias, cuja renda não acompanha a valorização dos imóveis situados nos bairros atendidos por infra-estrutura e serviços públicos. Com a saída de habitantes das áreas centrais, essa infra-estrutura vai se tornando ociosa, ao mesmo tempo em que grandes investimentos são demandados no percurso da migração para locais distantes, carentes de tudo, afim de dotá-los de condições mínimas de habitabilidade.

Além de demandar novos recursos, inexistentes, essa expansão avança sobre o que restou da vegetação e de suas nascentes preciosas para o abastecimento. Esse movimento é agravado pela dependência que a metrópole tem, para a metade de seu abastecimento, da água de outras regiões, sujeitando-as à escassez para o atendimento de suas necessidades. Até onde e quando isso deve prosseguir? Quem ganha e quem perde nesse processo?

A resposta a essas perguntas pode confrontar velhas práticas e também recentes tendências na gestão da água. Uma delas, a da privatização, foi muito discutida no 3º Fórum Mundial da Água de Kyoto, em março deste ano.

A escassez mundial de água, a torna atrativa para diferentes modalidades de controle e de negócios. O Brasil, que detém quase 20% da água doce do planeta, já teve de enfrentar, em Kyoto, tentativas de 'internacionalização' de seus recursos. Mesmo com essa cobiçada abundância, as desigualdades regionais no país são marcantes, em especial se considerada a disponibilidade de água por habitante: ela é maior no Nordeste semi árido, que no chuvoso Sudeste, pelo fato deste concentrar grande população e intensa demanda industrial e agrícola.

Cerca de 1,4 bilhões de pessoas não têm acesso à água potável e 2,3 bilhões não contam com saneamento básico, em todo o mundo. Cenários delineados para a discussão de Kyoto, apontam para meados deste século que, dependendo do nível de investimentos, entre 2,5 e 7 bilhões de pessoas enfrentarão severas restrições ao seu abastecimento e conseqüentes riscos à sobrevivência. A discussão no 3º Fórum sobre metas de investimento para reduzir a dramaticidade desse quadro resultou num impasse sobre a participação do setor privado no financiamento do acesso à água, defendida por grandes corporações na busca de garantir lucratividade e ampliação de mercados no contexto global.

Considerando que a principal razão de grandes contingentes estarem desprovidos de água potável é a pobreza, coloca-se um conflito básico entre a busca de lucratividade do setor privado e a capacidade de pagamento dos beneficiários. Hoje, os negócios se viabilizam pelo atendimento a camadas sociais que podem pagar pelos serviços. No caso da população pobre, real demandária de financiamento, seu atendimento depende de eventuais subsídios dos respectivos governos. Com a privatização, os países realmente necessitados, que conseguem obter empréstimos internacionais para subsidiar essa população, têm crescido de intermediários e respectivas remunerações seu tradicional processo de endividamento e dependência econômica e política.

Enfrentar as deficiências da gestão deve ir além das questões de financiamento; deve abranger o questionamento das prioridades de uso da água e das práticas de apropriação de um bem público. Por ser estratégica para a vida, é imprescindível considerar, nas suas múltiplas dimensões, as condições de existência e qualidade, pois elas evidenciam nossa ampla vulnerabilidade. Ainda estamos distantes disso; a despeito de esforços isolados, mas crescentes em todo o país, predomina

a visão da água em termos de metros cúbicos drenados, acumulados, ou captados e Megawatts de energia por eles gerada, o que reduz sua gestão a soluções tecnológicas e realização de obras de engenharia, caras e freqüentemente inócuas.

Continuar tendo água pressupõe alterar não apenas a prática, mas os pressupostos dessa gestão. Isto implica em lutar contra as abordagens setoriais e corporativas, beneficiadoras de reduzidos territórios e grupos sociais, restritas ao curto prazo. Há hoje um conjunto de instrumentos legais e institucionais que pode auxiliar nessa revisão, como é o caso dos Comitês de Bacia. Contudo, instrumentos, sozinhos, não fazem verão, especialmente se utilizados, como em muitas regiões do país, para dar um colorido democrático às insustentáveis práticas tradicionais.